

# O Relatório de Avaliação Institucional, da Faculdade de São Lourenço (MG): um estudo meta-avaliativo

▮ Estela Fabiana Missio \*

▮ Patricia da Silva Alves \*\*

▮ Lucí Hildenbrand \*\*\*

---

## Resumo

Este artigo objetivou apresentar um estudo meta-avaliativo do Relatório Institucional elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade de São Lourenço. O Relatório consta no Roteiro de Autoavaliação Institucional do SINAES, sendo elaborado por imposição da legislação que regulamenta as avaliações nas instituições de Ensino Superior do Brasil. Para sua consecução foi eleito o procedimento metodológico proposto por Scriven, por meio da *Key Evaluation Checklist* (KEC), ou *Checklist de Scriven*, que representa um importante guia para a condução de uma avaliação profissional, bem como para meta-avaliar uma avaliação de caráter somativo. Concluiu-se no trabalho, além de outros aspectos, que o Relatório apresenta apenas tabelas com as informações das avaliações compiladas, mas não faz uma análise mais detalhadas dos dados ou comparações, o que não proporciona uma visão geral dos dados e sua evolução ao longo do tempo. Como sugestão, considerou-se importante a aplicação do *checklist*, ou outros métodos, na construção dos próximos Relatórios a fim de garantir a elaboração de um documento mais completo, que atenda às necessidades gerenciais além da demanda legal.

**Palavras-chave:** Avaliação. Meta-avaliação. Checklist de Scriven.

---

\* Mestranda em Avaliação, Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio. Analista em Geociências da CPRM/SGB; E-mail: estela.missio@gmail.com.

\*\* Mestranda em Avaliação, Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio. E-mail: patricia\_arj@yahoo.com.br.

\*\*\* Doutora em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo – USP. Professora Adjunta do Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio. E-mail: lucihildenbrand@yahoo.com.br.

## 1. Introdução

Embora constantemente sejam realizadas avaliações de forma empírica, automática e até inconsciente, a avaliação, como área do conhecimento formal, ainda tem muito para ser descortinada. Segundo Scriven (1991, apud DAVIDSON, 2005), no campo acadêmico e científico a avaliação pode ser definida como “a determinação sistemática da qualidade ou valor de alguma coisa”. Nesse sentido, Elliot (2011, p. 942) assegura que:

A avaliação busca trazer à tona aspectos, dados e indicadores de que o objeto avaliado, seja ele um projeto, um programa ou um serviço, é adequado, eficiente, eficaz ou relevante, isto é, se demonstra ter algum valor ajuizado a partir de critérios estabelecidos pelo avaliador ou ainda sugeridos pelos interessados nos resultados da avaliação.

Em relação à forma em que é implementada, uma avaliação pode ser formativa, realizada ao longo do processo avaliativo, permitindo que se façam alterações com o projeto ainda em curso, ou somativa, quando é realizada ao final do processo, a qual avalia o resultado julgando seu mérito e seu valor. Quanto ao momento e objetivos, de acordo com Cohen e Franco (1993), a avaliação pode ser classificada como *ex-ante*, realizada no início do projeto, fornecendo critérios racionais para a tomada de decisão de, por exemplo, como um determinado projeto deve ser implementado. Ou *ex-post*, que ocorre ao final do projeto assumindo, dessa forma, um caráter somativo ou mesmo durante o seu andamento, tendo como base os resultados gerados por meio da aferição de resultados parciais do processo avaliativo, considerando, por exemplo, a finalização de um de seus processos.

É possível, também, diferenciar entre avaliação de processo e de impacto, enquanto a primeira verifica se os componentes de um projeto contribuem com os fins almejados, a segunda determina em que medida, ou até que ponto, os objetivos são alcançados e seus os efeitos causados.

É relevante se destacar que dentro de um processo avaliativo, há de se considerar aspectos fundamentais como a ética, a responsabilidade, a competência e a imparcialidade do avaliador para que a avaliação possua credibilidade e aceitabilidade por todos os atores presente no contexto em que a mesma é implementada. Desse modo, procurar-se-á garantir que tanto o avaliador quanto o cliente, além dos afetados pela

avaliação, sejam desprovidos de preocupações, evitando-se dessa forma que o processo sofra prejuízos. Ou seja, todos os aspectos cruciais à realização da avaliação devem ser identificados e considerados, em virtude do imperativo de que o processo avaliativo possua a necessária qualidade.

É consenso que a avaliação, ao longo do tempo, trouxe melhorias aos campos em que foi aplicada e, cada vez mais, tem sido requerida por organizações, públicas, privadas e do terceiro setor que desejem verificar a qualidade dos resultados obtidos pelos processos, projetos ou serviços ofertados à população em geral ou a determinados grupos sociais. Pode também servir de instrumento de monitoramento e controle, possibilitando aos gestores maior senso de responsabilização, visto que passa a ser uma vitrine pela qual a sociedade pode conferir os resultados alcançados (JANNUZZI, 2016).

Desse modo, pode-se depreender que avaliar é um processo metodológico e resulta em consequências que podem levar ao sucesso ou fracasso do objeto avaliado, logo, é justo aferir se tal avaliação foi bem ou mal executada. Para tal, existe a Meta-avaliação, definida, literalmente, por Scriven (1991) como a avaliação de uma avaliação.

Como observaram Nilsson e Hogben (1983), a meta-avaliação não se restringe à avaliação de estudos específicos, os quais podem ser projetos, programas, processos, produtos, serviços, sistemas, práticas ou políticas, mas também à avaliação de todas as funções e práticas da própria avaliação (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 594).

Segundo Dias Sobrinho e Balzan (2000), a necessidade de se avaliar está pautada na necessidade de se desenvolver a qualidade daquilo que se avalia e, a necessidade de se meta-avaliar está pautada na necessidade de se melhorar e inovar a própria avaliação.

De acordo com Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004), debruçados em estudos de autores como Scriven (1991), Stake (1967) e Stufflebeam (1968), a meta-avaliação passou a ser discutida de modo formal por avaliadores na década de 1960 objetivando verificar a qualidades dos processos avaliativos então implementados no contexto norte-americano. Porém, o grande salto na área foi dado em 1981, com a publicação do *Standards for evaluations of educational programs, projects, and materials* do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*, que teve como organizador Daniel Stufflebeam.

As diretrizes definidas pelo *Joint Committee* passaram a ser adotados como padrões nacionais nos Estados Unidos da América e no Canadá e, como tal, foram

internacionalizados e transformados em um livro publicado pelo *Joint Committee* em 1994. Atualmente agora em sua 3ª edição, publicada em 2011. (JOINT COMMITTEE..., 2011) Nesse aspecto, cabe se observar que as citadas diretrizes e seus respectivos padrões “Consistem em um conjunto de trinta tópicos, cada qual com um resumo que apresenta definições e o fundamento lógico, uma lista de diretrizes, erros comuns, casos ilustrativos e análise de cada caso”. (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 596). O conceito fundamental, definido pelo *Joint Committee* é de que a qualidade de um estudo avaliativo pode ser determinada em suas cinco categorias: utilidade, exequibilidade, adequação, precisão e responsabilização (YARBROUGH et al., 2011).

Nas palavras de Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 607):

A meta-avaliação deixou de ser um requinte. Agora é uma expectativa. É comum se fazer meta-avaliações informais, entretanto, sendo uma avaliação formal (e profissional), surge a necessidade de haver um meta-avaliador, o qual precisa ter tanto preparo e conhecimento quanto o avaliador que conduziu o estudo original.

Quanto aqueles responsáveis por conduzirem os processos meta-avaliativos, Brinkerhoff, et al. (1983, p. 208) sustentam que “os meta-avaliadores não só devem ser competentes o bastante para fazer a avaliação original como também têm de ser capazes de dizer se esta é boa ou ruim e de convencer os outros de que eles sabem qual é a diferença”.

Outras formas e abordagens, além dos Padrões de Avaliação do *Joint Committee*, foram elaboradas por diversos autores na busca de contribuir e fornecer ferramentas aos avaliadores e meta-avaliadores. As abordagens citadas a seguir são aplicáveis a meta-avaliações somativas: Lista Chave de Verificação da Avaliação de Scriven (2007); Abordagem da Segunda Opinião e Abordagem Mista ou Híbrida, por Davidson (2005) (ELLIOT, 2011, p. 943), além das Diretrizes para Avaliação na América Latina e no Caribe.

## 2. O objeto de estudo

O objeto deste estudo é o Relatório de Avaliação Institucional, da Faculdade de São Lourenço (MG), elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Instituição de Ensino Superior, para cumprimento de suas obrigações institucionais referentes ao exercício de 2017. De tal modo, a avaliação tornou-se necessária para o atendimento às

normas legais estabelecidas principalmente pela Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), na qual, em seu inciso IX, Art. 9º consta que fica atribuído à União “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do Sistema Federal de Ensino Superior”.

Adicionalmente, em seu Art. 46, a LDB determina que “a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processos reguladores de avaliação”. E, também, que cabe às instituições de educação superior brasileiras atender à Lei nº 10.861/04, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (BRASIL, 2004).

O Relatório é estruturado por meio de uma linguagem leve, composta por seis tópicos e organizado de forma a explicar a estruturada da organização, seus propósitos, sua missão, e os itens avaliados, denominados “dimensões”, quais sejam: (i) finalidades, objetivos e compromissos da instituição; (ii) objetivos e finalidades da Faculdade de São Lourenço; (iii) identificação de dificuldades e carências; (iv) identificação de possibilidades e potencialidades; (v) ensino; pesquisa; extensão; (vi) pós-graduação; responsabilidade social; (vii) comunicação com a sociedade; (viii) políticas de pessoal, carreira do corpo docente e do corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho; (ix) organização e gestão da instituição; (x) infraestrutura física; (xi) planejamento e avaliação em relação aos resultados e eficácia da auto avaliação institucional; e (xii) políticas de atendimento ao estudante; sustentabilidade financeira.

A CPA da Faculdade de São Lourenço foi instituída por meio da Portaria nº 011/07 (FACULDADE DE SÃO LOURENÇO, 2017), nos termos da lei, pelo Coordenador Geral é composta por representantes da comunidade acadêmica: coordenadorias de cursos, corpo docente, corpo discente, corpo técnico-administrativo e da comunidade externa, tendo como objetivos as seguintes ações:

- ✓ Consolidar o compromisso social, científico e cultural da Faculdade;
- ✓ Construir um planejamento institucional norteado pela gestão democrática e autônoma;

- ✓ Estimular o processo de autoavaliação e autocrítica, como elementos fundamentais para o crescimento pessoal, coletivo e institucional;
- ✓ Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
- ✓ Implantar um processo contínuo de avaliação institucional;
- ✓ Incentivar os membros e profissionais da Comissão Própria de Avaliação, no sentido de realizar estudos e pesquisas fundamentadas em suas atividades na comissão;
- ✓ Planejar e redirecionar as ações da Instituição a partir da Avaliação institucional;
- ✓ Promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação na Faculdade de São Lourenço;
- ✓ Valorizar a representatividade e a participação como condição para a conquista de um processo avaliatório legitimado pelos que dele participam e se beneficiam. (FACULDADE DE SÃO LOURENÇO, 2017, p. 11).

A metodologia para o desenvolvimento do Relatório consta no Roteiro de Autoavaliação Institucional elaborada pelo SINAES. O documento orienta o processo quanto às decisões, técnicas e métodos adotados de forma flexível para, diante de situações concretas, assumirem novos contornos, adotar decisões e técnicas mais oportunas e diretamente vinculadas às situações em pauta.

A avaliação feita pela Faculdade foi composta por 3 etapas:

- 1) Etapa I - Planejamento e Preparação Coletiva
- 2) Etapa II - Desenvolvimento do Projeto Proposto
- 3) Etapa III - Consolidação do Processo e Programação de Redirecionamento.

Conforme indica o roteiro disponibilizado pelo SINAES, os respondentes foram os discentes, docente e outros (coordenadores e técnicos administrativos). O Relatório foi publicado em março de 2017, assim, o universo de participantes do processo avaliativo pertencia ao ano de 2016, primeiros e segundo semestre, entre os meses de maio e dezembro.

O Relatório utilizou como indicadores cinco padrões, distribuídos entre (1) Irregular; (2) Regular; (3) Bom; (4) Muito bom e (5) Ótimo.

Atendendo ao estabelecido na lei nº 10.861/04, art.3º, foram avaliadas todas as dimensões listadas, tal como é determinado por meio do Roteiro de Autoavaliação Institucional da Faculdade, de acordo com as seguintes dimensões (BRASIL, 2004):

- 1) A missão e o plano de desenvolvimento institucional
- 2) A política para o ensino, pesquisa, a pós-graduação, a extensão;
- 3) Responsabilidade social e institucional
- 4) A comunicação com a sociedade
- 5) Política pessoal
- 6) Organização e gestão da instituição
- 7) Infraestrutura física
- 8) Planejamento e avaliação
- 9) Políticas de atendimento ao estudante
- 10) Sustentabilidade Financeira

Os resultados do Relatório foram divulgados por meio de seminários, painéis de discussão, elaboração de cartilhas, reuniões técnicas e sessões de trabalho, dentre outros. A avaliação tem aberto espaço para sugestões e avaliações espontâneas em todos os instrumentos de avaliação interna.

### **3. Objetivos do estudo**

Este estudo objetivou apresentar um estudo meta-avaliativo do Relatório Institucional elaborado pela CPA da Faculdade de São Lourenço, sob a ótica da Lista Chave de Verificação de Avaliação (*Key Evaluation Checklist – KEC*), desenvolvida e periodicamente revisada por Scriven (2007). Buscou também ser fonte de informações para avaliadores e estudantes interessados no assunto além de possuir a intencionalidade de servir como *feedback* ao órgão que realizou a avaliação objeto deste estudo, no sentido de, por meio dos dados e informações geradas pela meta-avaliação, contribuir para a melhoria de seus processos avaliativos.

### **4. Metodologia**

O foco da abordagem eleita para nortear o estudo encontra-se pautado nos fundamentos da avaliação somativa, não tendo havido, portanto, a preocupação em se analisar o processo de implementação do programa (avaliação formativa). Esse fato, pode ser classificado como uma limitação desse modelo de estudo, pois é evidente a

dificuldade em se emitir juízos de valor em sua plenitude, em virtude do fato de não ter ocorrido acesso às formas implementadas para consecução dos processos da avaliação, ou seja, à “caixa preta” do programa. Esse fato, de certa forma, não possibilitou uma compreensão plena do funcionamento da avaliação estudada nem, tampouco, dos mecanismos intermediários que relacionam as causas com os efeitos alcançados pelo processo avaliativo meta-avaliado (SARAPIONI, 2016).

No entanto, procurando-se seguir o pensamento formulado por Scriven (1991), considerou-se que um programa não deve, *a priori*, estabelecer a validade de um objetivo. Para o citado autor, essa validade deve ser determinada por meio dos resultados de um estudo avaliativo, o que pode ser vislumbrado, no caso de uma avaliação já concluída, pela documentação gerada ao final da mesma, procurando-se, dessa forma, verificar se o processo avaliado foi possuidor de mérito e de valor. Ou seja, a avaliação deve ser livre dos objetivos, tendo a formulação de seus juízos de valor desagregados em duas dimensões: verificação de seu mérito, que é mensurado por meios de padrões de qualidade exclusivos para aquela atividade (a avaliação deve ser eficiente e eficaz); e a verificação de seu valor, por meio da aferição se a avaliação respondeu às necessidades dos *stakeholders* do contexto em que a mesma foi desenvolvida (a avaliação deve ser útil e efetiva).

Seguindo-se o pensamento de Stufflebeam (2001), este estudo expressa a realização de uma meta-avaliação somativa, visando auxiliar aos interessados “a perceber tanto os pontos fortes como as fragilidades da avaliação realizada e ainda o seu mérito e valor”.

Para sua consecução foi eleito o procedimento metodológico proposto por Scriven (1991), por meio da *Key Evaluation Checklist* (KEC), ou *Checklist* de Scriven, que representa um importante guia para a condução de uma avaliação profissional, bem como para meta-avaliar uma avaliação já concluída, ou mesmo uma que ainda esteja em andamento. Essa lista chave de verificação de uma avaliação é organizada em quatro componentes, que se desdobram em 15 pontos de verificação, conforme expresso no Quadro 1, a seguir exposto.



Quadro 1 - lista chave de verificação de Scriven

	Pontos de Verificação	Julgamentos	Justificativas dos Julgamentos
<b>Preliminares</b>	I. Sumário Executivo		
	II. Prefácio		
	III. Metodologia		
<b>Fundamentos</b>	1. Antecedentes e Contextos		
	2. Descrição e definições		
	3. Consumidores		
	4. Recursos		
	5. Valores		
<b>Subavaliações</b>	6. Processo		
	7. Resultados		
	8. Custos		
	9. Comparações		
	10. Exportabilidade		
<b>Conclusões</b>	11. Síntese		
	12. Recomendações e Explicações		
	13. Responsabilidade e Justificativa		
	14. Relatório e Apoio		
	15. Meta-avaliação		

Fonte: SCRIVEN (1991).

O julgamento compreende uma escala/legenda de “A” a “E”, proposta por Davidson (2005) e se aplica a cada ponto do quanto a avaliação foi efetiva, com a seguinte classificação: (A) atinge todos os aspectos principais do ponto e os expressa de forma clara e concisa; (B) atinge a maioria dos aspectos, desconsiderando um ou dois, ou, ainda, trata dos aspectos principais, mas não o faz com total clareza; (C) trata do ponto, mas perde alguns aspectos cruciais ou perde vários aspectos importantes, ou é um tanto desorganizado ou pouco claro; (D) tem um ou dois elementos que parecem tratar implicitamente do ponto, mas o tratamento é deficiente; e (E) perde o ponto totalmente (DAVIDSON, 2005).

Dessa forma, objetivou-se apreender até que ponto o Relatório de Avaliação Institucional, da Faculdade de São Lourenço (MG), elaborado pela Comissão Própria de

Avaliação (CPA) da referida instituição, atende aos pontos de verificação instituídos por Scriven em sua Lista Chave de Verificação de Avaliação.

## 5. Análise e resultados da meta-avaliação

Nesta seção são apresentados os resultados da meta-avaliação realizada no Relatório de Avaliação Institucional, da Faculdade de São Lourenço (MG), elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da referida Instituição de Ensino Superior.

A apresentação foi elaborada apresentando-se, por ordem de exposição da Lista de Verificação de Scriven, exposta no Quadro 1, cada Ponto de Verificação separadamente.

### ➤ Preliminares

Com referência a esse ponto de verificação, segundo o pensamento de Scriven (1991), espera-se identificar no Relatório a presença do sumário executivo, do prefácio e da metodologia eleita para nortear a sua consecução. Para o citado autor, o sumário executivo traz, de forma sintética, os resultados obtidos na avaliação. No prefácio deve-se informar o demandante da avaliação e as razões principais. Na metodologia o desenho e abordagem devem ser descritos, com detalhes do procedimento utilizado para o seu desenvolvimento.

No Relatório analisado há o atendimento dos pontos de verificação Prefácio e Sumário Executivo que se encontram plenamente contemplados, recebendo, portanto, o conceito A. Quanto à Metodologia, foi atribuído o conceito B, pois a mesma não se apresenta de forma clara no Relatório. Possivelmente, esse fato ocorreu em função da avaliação atender a um roteiro pré-estabelecido, pois a CPA não determina claramente a necessidade de se explicar todas as etapas empregadas na elaboração da avaliação e de seu Relatório final.

Os resultados dos pontos de verificação referentes às Preliminares encontram-se expressos no Quadro 2.

Quadro 2 – Resultados gerais da meta-avaliação

Pontos de verificação	Julgamento
I. Sumário Executivo	A
II. Prefácio	A
III. Metodologia	B

Fonte: Os autores (2018).

➤ Fundamentos

Em relação a esse ponto de verificação, que possui como componentes Antecedentes e Contexto, Descrições e Definições, Consumidores, Recursos e Valores, é apresentada a razão de existência do objeto, descrevendo-o, indicando seus principais interessados, recursos disponíveis e valores adotados pelo avaliador. Nesse aspecto, segundo Scriven (2007 apud ELLIOT, 2011, p. 946):

Encontram-se valores em relação ao padrão adotado pela avaliação, valores relativos a requisitos legais, éticos, profissionais, culturais, históricos, tradicionais, científicos, tecnológicos, políticos, econômicos, o que não esgota a lista de possibilidades.

Para Antecedentes e Contexto, os fundamentos estão presentes nos itens dos “dados institucionais” do Relatório, onde é informado a mantenedora da instituição avaliadora. Apresenta, no item “Da avaliação organizacional” as bases legais que justificam a necessidade de adequação da universidade às leis federais e seu cumprimento. O Relatório menciona também a importância da meta-avaliação para a instituição e justifica a sua realização considerando outros documentos internos e o comprometimento com a qualidade da educação oferecida. Portanto, foi atribuído conceito A para esse ponto de verificação.

O Relatório descreve o objeto, mas define pouco o perfil de cada um dos respondentes. Este é um dado não solicitado no Roteiro de Autoavaliação Institucional, mas que poderia contribuir para um melhor entendimento dos dados coletados, por isso no item “descrições e definições”, atribuiu-se conceito B.

De acordo com o Relatório, os consumidores são os atores presentes no contexto da avaliação, como: alunos, professores e técnicos administrativos. Embora não sejam declarados explicitamente como “consumidores” pelo Relatório, pode-se concluir que são beneficiados pelas atividades e possíveis melhorias surgidas em função dos resultados da avaliação realizada. Portanto, para esse ponto, atribuiu-se conceito B.

O Relatório não menciona explicitamente os Recursos usados para sua elaboração. Sendo a CPA composta por funcionários da instituição, deduz-se que sejam usados recursos financeiros da faculdade para elaboração do Documento, o que, não inviabiliza a apresentação transparente dos custos da avaliação. Atribuiu-se, portanto, conceito B a este ponto.

A partir dos objetivos descritos no Relatório é possível inferir que os Valores empregados pelos avaliadores é o mesmo da instituição. Não há menção de nenhuma recomendação ou orientação para a conduta dos avaliadores, o que suscitou o conceito C neste ponto.

Os resultados dos pontos de verificação referentes aos Fundamentos encontram-se expressos no Quadro 3.

Quadro 3 – Resultados gerais da meta-avaliação – Fundamentos

Pontos de verificação	Julgamento
1. Antecedentes	A
2. Descrições e definições	B
3. Consumidores	B
4. Recursos	B
5. Valores	C

Fonte: Os autores (2018).

#### ➤ Subavaliações

De acordo com Elliot (2011), sustentada em conceito disseminado por Scriven (1991) as subavaliações são dirigidas ao processo e aos resultados ou impactos da avaliação, aos custos que são considerados pela autora como elemento-chave na determinação de valor, às comparações entre um programa e outro mais efetivo e, ainda, à capacidade de os componentes da avaliação terem valia para uma futura utilização em outro local.

A relevância geral da avaliação também faz parte desse nível, incluindo o que está indo bem, o que está faltando, qual o melhor uso dos recursos, respeitando-se a relação custo-efetividade. Composto pelos itens processo, resultados, custos, comparações e exportabilidade.

Os componentes de Ponto de Verificação encontram-se analisados conforme a seguir exposto:

1. Processo: por não estar descrito com detalhes no Relatório o que dificulta a reprodução deste modelo em outra instituição, atribuiu-se conceito C.
2. Resultados: embora tenham sido apresentados, não mostram uma análise comparativa ou detalhada de cada um deles. A interpretação é feita pelo leitor, sem explicações adicionais. Portanto, atribuiu-se conceito C.
3. Custos: atribuiu-se conceito E. Pois, não consta no Relatório qualquer menção a esse item.

4. Comparações: embora apresente dados de dois períodos avaliados em 2016 – 2016.1 e 2016.2 – não houve comparação entre os dados ou com avaliações anteriores. Desta forma, atribuiu-se conceito D.
5. Exportabilidade: não há menção sobre este item no Relatório, no entanto, observa-se que o documento foi construído pautado em uma legislação que abarca todas as Instituições de Ensino Superior do País. Esse aspecto, por si só, representa ser desnecessário considerar esse ponto, sendo classificado, assim, como Não se Aplica (NA).

Os resultados dos pontos de verificação referentes às Subavaliações encontram-se expressos no Quadro 4.

Quadro 4 – Resultados gerais da meta-avaliação – Subavaliações

Pontos de verificação	Julgamento
1. Processo	C
2. Resultados	C
3. Custos	E
4. Comparações	D
5. Exportabilidade	NA

Fonte: Os autores (2018).

### ➤ Conclusões

Esse ponto de Verificação é composto pelos itens: Síntese, Recomendações e Explicações; Responsabilidade e Justificativa, sendo estes últimos opcionais, por nem sempre serem informados; Relatório e Apoio, que refere-se aos formatos e os destinatários dos Relatórios; meta-avaliação, que objetiva assegurar que todos os aspectos tenham sido cobertos e tragam respostas a respeito de pontos fortes e fracos da avaliação, assim como conclusões sobre as categorias essenciais de padrões de avaliação: (Utilidade, Exequibilidade, Adequação, Precisão e Responsabilização).

A análise de cada um dos itens, segue conforme abaixo:

- 1) Síntese: por possuir um conteúdo demasiadamente tímido e somente na conclusão do Relatório, ou seja, no último capítulo, atribuiu-se conceito C para esse item.
- 2) Recomendações: embora sejam feitas recomendações, as mesmas não são justificadas. Portanto, atribuiu-se conceito B para esse item.

- 3) Responsabilidade e Justificativa: o Relatório organiza os resultados de acordo as dimensões definidas pelo Roteiro de Autoavaliação Institucional, limitando-se aos aspectos cobertos pela legislação sobre o assunto. Atribuiu-se conceito B para esse item.
- 4) Relatório de apoio: o Relatório menciona alguns outros documentos que contribuem para o seu trabalho (SINAES e LDB) e o Regimento da CPA da faculdade. Portanto, atribuiu-se conceito C para esse item.
- 5) Meta-avaliação: o Relatório não avalia os instrumentos ou métodos de avaliação já realizados pela instituição. No entanto, essa atribuição não se encontra entre os aspectos em que a avaliação é obrigada a cumprir. Portanto, não foi atribuído conceito para esse item, pois o mesmo não se aplica (NA).

Os resultados dos pontos de verificação referentes às Conclusões encontram-se expressos no Quadro 5.

Quadro 5 – Resultados gerais da meta-avaliação – Conclusões

Pontos de verificação	Julgamento
1. Síntese	C
2. Recomendações	B
3. Responsabilidade e Justificativa	B
4. Relatório e Apoio	C
5. Meta-avaliação	NA

Fonte: Os autores (2018).

## 6. Considerações finais

O Relatório produzido pela CPA objetiva avaliar as atividades da instituição à luz das necessidades impostas pela lei, entretanto, como defendido no documento, ele não se restringe apenas ao cumprimento de uma exigência legal, mas uma busca contínua de excelência da qualidade no desempenho acadêmico, do aperfeiçoamento constante do planejamento, da gestão competente e do fortalecimento progressivo dos compromissos sociais, da democratização e a transparência nas práticas nas IES. Trata-se de um instrumento a serviço do planejamento e do desenvolvimento institucional da Faculdade, no qual são examinadas alternativas para a interpretação dos resultados e sua transformação em subsídios para a tomada de decisão e a formulação de ações

adequadas às diferentes situações. Segundo a Comissão, o processo não é somente uma avaliação quantitativa, e sim uma ferramenta para a atribuição de significado e emissão de juízos de valor acerca das práticas desenvolvidas na Instituição.

Complementarmente ao pensamento de Scriven (2007), que define avaliação como “processo de determinar mérito, valor ou significado; uma avaliação é produto desse processo” e suas considerações de que a lógica geral da avaliação integra quatro passos fundamentais: estabelecer critérios de mérito; construir padrões de comparação; medir o desempenho e compará-lo com os padrões e, finalmente, integrar os dados num juízo sobre o mérito ou valor. Paulo de Martino Jannuzzi (2016, p. 46) explica a importância de realizar a avaliação de projetos, como forma de aprimoramento (como pretende a avaliação realizada pela Faculdade São Lourenço), desta forma avaliação não é entendida tão somente como uma investigação com métodos validados cientificamente para analisar diferentes aspectos sobre um, mas é um levantamento consistente, sistemático e replicável de dados e produção de conhecimento para aprimoramento de intervenção pragmática, referente às características essenciais do contexto de atuação e os públicos-alvo; o desenho e os arranjos de implementação; os custos de operação; os resultados; de curto prazo; impactos sociais e de mais longo prazo do programa.

Isto posto, o trabalho aqui elaborado sugere que aspectos de qualidade da avaliação discriminados por Scriven deveriam ser contemplados, em sua plenitude, no relatório elaborado pela CPA, enriquecendo seu conteúdo e contribuindo assim para sua utilização para outros fins.

O resultado da avaliação apreciada é que o relatório não conta com uma metodologia formal de avaliação, por vezes é mencionado que foi “feita uma pesquisa”. O mesmo apresenta somente as informações compiladas, sem analisar detalhadamente os dados ou fazer comparações, o que não proporciona uma visão geral dos resultados e sua evolução ao longo do tempo. Sugere-se também a apresentação dos dados por meio de gráficos, facilitando o entendimento do leitor e proporcionando uma apresentação mais amigável.

No geral, o relatório apresentado enquadra-se na classificação “B” ou “C” da escala de Davidson, ou seja, atinge a maioria dos aspectos, mas não o faz com total clareza, assim como trata de pontos sem muita clareza.

Assim, a fim de contribuir para o desenvolvimento de um relatório mais completo recomenda-se que os princípios da meta-avaliação sejam também contemplados no relatório. A aplicação do checklist de Scriven, importante guia para a condução de uma avaliação profissional, na construção dos próximos relatórios pode garantir um documento mais completo.

Para desenvolver um relatório de avaliação com mais qualidade técnica, recomenda-se que o mesmo seja elaborado com base em uma abordagem avaliativa. No caso do relatório avaliado neste artigo, esta definição não foi feita.



## Referências

BALZAN, N. C.; DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação institucional: teoria e experiência*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm)>. Acesso em: 20 maio 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRINKERHOFF, R. et al. *Program evaluation: a practitioner's guide for trainers and educators*. Boston: Kluwer-Nijhoff Publishing, 1983.

COHEN, E.; FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes, 1993.

DAVIDSON, J. *Evaluation methodology basics*. Thousands Oaks, CA: Sage, 2005.

ELLIOT, L. Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação. *Ensaio: aval. pol. públ. em educ.*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 941-964, 2011.

FACULDADE DE SÃO LOURENÇO. Comissão Própria de Avaliação. *Relatório de Avaliação Institucional*. São Lourenço: UNISEPE, 2017. Disponível em: <<http://www.faculdadesaolourenco.com.br/cpa/DM/relatorio.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

JANNUZZI, P. *Monitoramento e avaliação de programas sociais*. Campinas: Alínea, 2016.

JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. *The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluations users*. Los Angeles, CA: Sage, 2011. Parte 1: Padrões de Utilidade. Tradução Neuza Capelo; revisão técnica: Ligia Gomes Elliot.

NILSSON, N.; HOGBEN, D. Metaevaluation. *Philosophy of Evaluation*, [S.l.], n. 19, p. 83-97, 1983.

SCRIVEN, M. *Evaluation thesaurus*. California: SAGE, 1991.

SCRIVEN, M. *The logic of evaluation: department of psychology*. Claremont: Claremont Graduate University, 2007.

SERAPIONI, M. Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas. *Sociologia*, Porto, v. 31, 2016. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14275.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

STAKE, R. The countenance of educational evaluation. *Teachers College Record*, n. 68. P. 523–540. 1967.

STUFFLEBEAM, D. *Evaluation as enlightenment for decision-making*. Columbus: OH. Ohio State University, 1968.

STUFFLEBEAM, D. The metaevaluation imperative. *American Journal of Evaluation*. Thousand Oaks, v. 22, n. 2, p.183-209, 2001

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Ed. Gente, 2004.

YARBROUGH, D. L. et al. *The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluation users*. 3. ed. Califórnia: Sage, 2011.

Recebido em: 29/05/2018

Aceito para publicação em: 17/09/2018

## The Institutional Evaluation Report of the São Lourenço College of the Minas Gerais State: a meta-evaluative study

### Abstract

This article aimed to present a meta-evaluation of the Institutional Report prepared by the Evaluation Committee of the Faculty of the São Lourenço College. The Report is included in the National System of Evaluation of the Higher Education Institutional Self-Assessment Roadmap, and is elaborated by the imposition of the legislation that regulates evaluations in the Higher Education institutions of Brazil. To achieve this, the methodological procedure chosen was based on the Key Assessment Checklist, or the Scriven Checklist, which represents an important guide for the evaluation of a professional assessment, as well as for the summative meta-evaluation. It was concluded in the work, in addition to other aspects, that the report only presents tables with the information compiled, but it does not show a detailed analysis of data or comparisons, which does not give an overview of the data and its evolution over time. As a suggestion, it was considered important to apply the checklist, or other methods, in the construction of the next Reports in order to guarantee the elaboration of a more complete document, that meets the managerial needs beyond the legal demand.

**Keywords:** Evaluation. Meta-evaluation. Scriven checklist.

## El Informe de Evaluación Institucional, de la Facultad de *São Lourenço* (MG): un estudio metaevaluativo

### Resumen

Este artículo presenta un estudio metaevaluativo del informe Institucional elaborado por la Comisión de Evaluación (CPA) de la Facultad de São Lourenço. El Informe consta en la Guía de Autoevaluación Institucional de SINAES, elaborado por imposición de la legislación que regula las evaluaciones en instituciones de Educación Superior de Brasil. Para su realización se usó el procedimiento metodológico propuesto por Scriven, a través de la *Key Evaluation Checklist* (KEC), o *Checklist* de Scriven, que representa una importante guía para la conducción de una evaluación profesional, así como para la metaevaluar una evaluación de carácter sumativo. Se concluye en el trabajo, además de

otros aspectos, que el Informe presenta sólo tablas con las informaciones de las evaluaciones compiladas, pero no realiza un análisis más detallado de los datos o comparaciones, lo que limita la visión general de los datos y su evolución a lo largo del tiempo. Como sugerencia, se consideró importante la aplicación de *checklist* (Lista de verificación), u otros métodos, en la construcción de los próximos Informes para asegurar la elaboración de un documento más completo, que satisfaga las necesidades administrativas más allá de la demanda legal.

**Palabras clave:** Evaluación. Metaevaluación. *Checklist* de Scriven.